



A INSERÇÃO DO JOVEM APRENDIZ NO MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

THE INSERTION OF YOUNG APPRENTICES INTO THE LABOR MARKET: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR STRENGTHENING PUBLIC POLICIES

Luan Marcos SILVA¹

Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP)

E-mail: luanm27@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-6173-0619>

463

Jocirley de OLIVEIRA²

Faculdade Master de Parauapebas (FAMAP)

E-mail: Oliveiraaraguina2013@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

RESUMO

Este artigo analisa os principais desafios enfrentados pelos jovens aprendizes na inserção no mercado de trabalho brasileiro, buscando identificar formas de aprimorar as políticas públicas para fortalecer a efetividade do programa Jovem Aprendiz. A pesquisa teve como pergunta norteadora: “Quais são os principais desafios enfrentados pelos jovens aprendizes na sua inserção no mercado de trabalho e de que forma as políticas públicas podem ser aprimoradas para garantir a efetividade desse processo?”. Na fundamentação teórica, discutiu-se a transição da escola para o trabalho no contexto da juventude brasileira, a trajetória e os resultados do programa Jovem Aprendiz e a relação entre mercado de trabalho, juventude e inclusão social. Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços conquistados, persistem obstáculos como a falta de qualificação, a precarização das oportunidades oferecidas e a baixa articulação entre educação e trabalho. Conclui-se que o fortalecimento das políticas públicas passa pela ampliação da formação continuada,

¹ Aluno do 10º Período do Curso de Graduação – Bacharelado em Direito pela Faculdade Master de Parauapebas FAMAP. luanm27@gmail.com / orcid: 0009-0001-6173-0619

² Pós Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Oliveiraaraguina2013@gmail.com/ orcid.org/ 0009-0008-4126-0091

pela fiscalização do cumprimento da lei e pela criação de estratégias que promovam a efetiva inclusão dos jovens no mercado de trabalho formal e qualificado.

Palavras-chave: Jovem Aprendiz. Mercado de Trabalho. Políticas Públicas. Juventude. Inclusão Social.

ABSTRACT

This article analyzes the main challenges faced by young apprentices in entering the Brazilian labor market, aiming to identify ways to improve public policies to strengthen the effectiveness of the Jovem Aprendiz program. The research was guided by the question: "What are the main challenges faced by young apprentices in entering the labor market and how can public policies be improved to ensure the effectiveness of this process?" The theoretical framework discussed the transition from school to work in the Brazilian youth context, the trajectory and results of the Jovem Aprendiz program, and the relationship between labor market, youth, and social inclusion. The results show that, despite the progress achieved, there are still obstacles such as lack of qualification, precarious job opportunities, and weak links between education and work. It is concluded that strengthening public policies requires expanding continuous education, enforcing compliance with the law, and creating strategies that promote the effective inclusion of young people in a formal and qualified labor market.

Keywords: Young Apprentice. Labor Market. Public Policies. Youth. Social Inclusion.

INTRODUÇÃO

A inserção de jovens no mercado de trabalho é um tema de crescente relevância no contexto socioeconômico brasileiro, especialmente quando se considera o papel fundamental do programa Jovem Aprendiz. Instituído com o intuito de proporcionar aos jovens o primeiro contato formal com o mercado de trabalho, o programa visa à formação profissional dos participantes, criando oportunidades que podem colaborar significativamente para sua qualificação e autonomia financeira.

No entanto, apesar dos avanços, a integração desses jovens no mercado de trabalho ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que se refere à permanência no emprego e ao desenvolvimento de competências essenciais que facilitem a progressão na carreira. Este projeto de pesquisa propõe analisar os principais desafios enfrentados pelos jovens aprendizes e buscar caminhos para fortalecer as políticas públicas voltadas à sua inclusão e permanência no mercado de trabalho.

O programa Jovem Aprendiz foi criado como uma resposta à necessidade de combater a elevada taxa de desemprego juvenil e oferecer uma alternativa ao ingresso precoce em atividades informais ou pouco qualificadas. No entanto, a realidade aponta para obstáculos substanciais, como a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, a falta de qualificação técnica adequada e o reduzido tempo de contrato, que pode dificultar o aproveitamento efetivo da experiência.

Muitos empregadores ainda enxergam os jovens aprendizes como uma força de trabalho temporária, o que compromete o objetivo de formação e desenvolvimento profissional. Diante desse cenário, questiona-se como as políticas públicas podem evoluir para melhorar a inserção do jovem aprendiz, assegurando a efetividade do processo de inclusão no mercado.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos jovens aprendizes reside na precariedade do apoio educacional durante o programa. Muitos jovens têm acesso limitado a um currículo teórico que prepare para as demandas práticas do ambiente de trabalho, criando uma lacuna entre a formação oferecida e as habilidades requisitadas pelo mercado.

Essa realidade ressalta a necessidade de articulação entre o setor educacional e o empresarial, de modo que os jovens recebam uma formação que atenda tanto às necessidades acadêmicas quanto às exigências profissionais. A articulação entre esses setores é crucial para garantir que o jovem adquira habilidades técnicas e comportamentais que favoreçam sua permanência e crescimento no mercado de trabalho.

Outro aspecto que merece atenção são as condições socioeconômicas enfrentadas pelos jovens aprendizes. Muitas vezes provenientes de famílias de baixa renda, esses jovens assumem o programa como única fonte de renda, o que pode gerar

uma pressão financeira significativa. A carência de apoio financeiro adequado durante o programa é um desafio, pois compromete a qualidade do aprendizado e, por vezes, força o jovem a buscar outras atividades paralelas para complementar a renda.

Assim, as políticas públicas devem considerar o contexto econômico desses jovens e, possivelmente, incorporar auxílios complementares que viabilizem o cumprimento das exigências do programa.

A limitação do tempo de contrato, geralmente de até dois anos, impõe uma barreira ao desenvolvimento completo das competências do jovem aprendiz. Essa curta duração impede que muitos jovens adquiram experiência sólida e limita o tempo necessário para consolidar habilidades técnicas e comportamentais.

Uma alternativa seria repensar a flexibilidade do contrato, adaptando-o conforme as necessidades de cada setor e jovem. Reformular essa política pode aumentar o engajamento dos jovens e das empresas, promovendo uma transição mais eficaz para o mercado de trabalho.

A resistência de algumas empresas também configura um desafio importante. Embora o programa Jovem Aprendiz seja amplamente promovido, muitos empregadores demonstram hesitação em contratar jovens com pouca ou nenhuma experiência, o que dificulta a disseminação da iniciativa. Uma política pública mais robusta poderia incentivar a adesão das empresas, com mecanismos de suporte e benefícios que tornem a contratação do jovem aprendiz uma decisão vantajosa a longo prazo, tanto para o jovem quanto para o empregador.

O papel das políticas públicas no fortalecimento do programa Jovem Aprendiz é, portanto, fundamental para enfrentar esses desafios. São necessárias políticas que incentivem a formação contínua dos jovens, com apoio educacional, orientação profissional e programas de mentorias que ajudem a desenvolver habilidades práticas. A criação de parcerias com empresas e instituições educacionais pode ampliar as oportunidades de aprendizado e facilitar o desenvolvimento de competências relevantes ao mercado.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos jovens aprendizes em sua inserção no mercado de trabalho e identificar caminhos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à

efetividade do programa Jovem Aprendiz. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre a promoção de uma inclusão produtiva mais justa e sustentável para a juventude brasileira, considerando as demandas contemporâneas de formação e empregabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida para este estudo é de natureza qualitativa e do tipo bibliográfica. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão mais aprofundada e interpretativa dos fenômenos sociais relacionados à inserção dos jovens aprendizes no mercado de trabalho, indo além da simples quantificação de dados. Este tipo de abordagem é particularmente adequado para captar percepções, interpretações e sentidos atribuídos às experiências sociais, o que se mostra essencial para o tema proposto.

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, consiste no levantamento e análise de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, teses, dissertações, legislações e documentos institucionais. O objetivo foi reunir e interpretar o conhecimento já existente sobre o programa Jovem Aprendiz, as políticas públicas voltadas à juventude e os desafios enfrentados na inserção no mercado de trabalho. Essa escolha metodológica se justifica pela vasta produção acadêmica e documental disponível sobre o tema, que oferece subsídios teóricos para a análise crítica proposta neste trabalho.

O processo de coleta de dados bibliográficos envolveu a seleção criteriosa de fontes confiáveis e atualizadas. Foram priorizadas produções acadêmicas publicadas nos últimos dez anos, sem desconsiderar autores clássicos que oferecem fundamentações importantes para a compreensão das políticas públicas e da formação profissional da juventude. As bases de dados utilizadas incluíram o Google Acadêmico, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Scielo e o Portal de Periódicos da CAPES.

Além das produções acadêmicas, documentos oficiais também foram analisados, tais como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamenta o programa Jovem Aprendiz, e relatórios de órgãos como o Ministério do Trabalho e Emprego e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses documentos

foram fundamentais para contextualizar o cenário legal e socioeconômico da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A análise do material bibliográfico seguiu uma perspectiva crítica e interpretativa. Após a seleção das fontes, realizou-se uma leitura analítica e fichamento dos textos, buscando identificar categorias temáticas que dialogassem com o problema de pesquisa. Entre as categorias centrais, destacam-se: juventude e trabalho, formação profissional, políticas públicas de inclusão, e desafios da aprendizagem profissional no Brasil.

A sistematização dos dados foi realizada por meio de uma organização temática, que permitiu agrupar os conteúdos de acordo com os eixos de análise definidos na fundamentação teórica. Esse procedimento possibilitou estabelecer conexões entre diferentes autores, confrontar ideias, e construir uma visão abrangente e crítica sobre a efetividade do programa Jovem Aprendiz e suas limitações práticas.

Quanto às limitações metodológicas, reconhece-se que a pesquisa bibliográfica, embora rica em informações, não substitui a coleta de dados empíricos diretamente com os sujeitos da política pública. No entanto, para os objetivos propostos, o método mostrou-se adequado, pois permitiu reunir e interpretar um conjunto amplo de saberes já sistematizados, além de possibilitar reflexões consistentes sobre o fortalecimento das políticas públicas para a juventude.

Nesse contexto, a metodologia adotada assegurou a construção de uma análise fundamentada e crítica, proporcionando uma visão ampla dos principais desafios e potencialidades do programa Jovem Aprendiz. A pesquisa bibliográfica qualitativa permitiu identificar os pontos de tensão, as boas práticas e as lacunas existentes, contribuindo para pensar caminhos de aprimoramento das políticas públicas e para fortalecer a inserção dos jovens no mercado de trabalho de forma mais inclusiva e eficaz.

JUVENTUDE, APRENDIZAGEM E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção de jovens no mercado de trabalho é um tema que reflete as complexas intersecções entre educação, políticas públicas e economia. No Brasil, onde

as desigualdades sociais são marcantes, essa transição representa um dos maiores desafios enfrentados pela juventude, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. O Programa Jovem Aprendiz surge como uma política estratégica para mediar essa etapa, ao proporcionar capacitação técnica e experiência profissional.

No entanto, a efetividade desse programa está condicionada à superação de barreiras estruturais e culturais que dificultam a inclusão sustentável dos jovens no mercado de trabalho. Esta revisão de literatura busca explorar essas questões, abordando a transição da escola para o trabalho, o impacto das políticas públicas voltadas à aprendizagem e as possibilidades de fortalecimento do mercado de trabalho como espaço de inclusão social para a juventude.

A Transição da Escola para o Trabalho: Desafios da Juventude no Brasil

A transição da escola para o mercado de trabalho é um processo crucial para a juventude, especialmente em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais e educacionais frequentemente afetam as oportunidades disponíveis. Esse momento é caracterizado por desafios que incluem a falta de qualificação profissional, a ausência de políticas de apoio eficazes e a precariedade das condições de trabalho.

Para muitos jovens, principalmente aqueles provenientes de famílias de baixa renda, o período de inserção no mercado é marcado por empregos informais e salários baixos, o que dificulta a construção de trajetórias profissionais sólidas.

Um dos grandes obstáculos enfrentados pelos jovens brasileiros é a desconexão entre a educação formal e as exigências do mercado de trabalho. Dados do IBGE revelam que, em 2022, cerca de 30% dos jovens de 15 a 29 anos estavam fora do mercado de trabalho e da escola, formando o chamado grupo "nem-nem". Essa situação é agravada pela falta de acesso a cursos técnicos e programas de capacitação que poderiam preparar os jovens para funções específicas no mercado. "A ausência de uma formação técnica e profissional consistente compromete não apenas a empregabilidade dos jovens, mas também sua autonomia financeira e social" (SILVA (2018, P. 67).

De acordo com Oliveira (2019):

Outro desafio importante é a falta de experiência profissional exigida pela maioria das empresas, o que coloca os jovens em um ciclo vicioso: não conseguem emprego por falta de experiência, mas não conseguem adquirir experiência por falta de emprego. Essa barreira estrutural reflete uma cultura corporativa que privilegia profissionais já inseridos no mercado, deixando os jovens à margem das oportunidades formais. As empresas brasileiras têm pouca tradição em investir na formação de jovens, delegando essa responsabilidade exclusivamente ao sistema educacional, que, por sua vez, carece de integração com o setor produtivo (Oliveira, 2019, p. 123).

Nesse sentido, a vulnerabilidade socioeconômica dos jovens também desempenha um papel determinante nesse processo. Muitos jovens precisam contribuir financeiramente para suas famílias desde cedo, o que os leva a abandonar os estudos em troca de empregos precários. Esse cenário perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social, limitando as possibilidades de ascensão profissional. “Estudos apontam que jovens em situações de vulnerabilidade têm três vezes mais chances de ingressar no mercado informal, o que compromete sua estabilidade e direitos trabalhistas” (Costa, 2021, p. 135).

Como aponta Santos (2020):

Questões relacionadas à desigualdade regional impactam as chances de inserção no mercado de trabalho. Em regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil, onde a oferta de emprego é mais restrita e o acesso à educação de qualidade é limitado, os desafios enfrentados pelos jovens são ainda maiores. A falta de infraestrutura educacional e econômica em certas localidades aprofunda as disparidades regionais, deixando milhões de jovens em situação de exclusão social e econômica (Santos, 2020, p. 89).

Apesar desses desafios, iniciativas como o Programa Jovem Aprendiz representam um avanço significativo ao oferecer oportunidades de capacitação e inclusão no mercado de trabalho formal. No entanto, o alcance dessas políticas ainda é limitado diante da demanda crescente. É fundamental que o programa seja expandido e aperfeiçoado para atender melhor as necessidades dos jovens, especialmente em áreas carentes.

Como enfatiza Almeida (2022):

Para que o Programa Jovem Aprendiz cumpra seu papel de forma efetiva, é necessário que haja um esforço coordenado entre governo, empresas e instituições de ensino, garantindo não apenas o acesso

dos jovens ao mercado de trabalho, mas também sua permanência em empregos dignos e bem remunerados (Almeida, 2022, p. 167).

Nesse sentido, a transição da escola para o mercado de trabalho no Brasil está repleta de desafios estruturais que exigem ações integradas e políticas públicas robustas. A conexão entre educação e emprego, o combate à informalidade e a ampliação de programas de capacitação são caminhos essenciais para promover a inclusão social e econômica dos jovens, garantindo que eles possam exercer plenamente sua cidadania.

O Programa Jovem Aprendiz: Uma Análise de Políticas Públicas e Resultados

O Programa Jovem Aprendiz, instituído no Brasil pela Lei nº 10.097/2000, é uma das principais iniciativas de políticas públicas voltadas à inclusão de jovens no mercado de trabalho formal. Sua principal característica é a combinação de aprendizado prático e teórico, permitindo que jovens entre 14 e 24 anos desenvolvam habilidades profissionais enquanto continuam seus estudos.

Essa política pública tem como objetivo central reduzir as barreiras de entrada no mercado de trabalho, oferecendo uma oportunidade significativa de capacitação e desenvolvimento profissional.

Uma das principais vantagens do programa é a possibilidade de os jovens adquirirem experiência prática em um ambiente supervisionado. Muitas empresas participantes proporcionam treinamento específico em áreas que possuem demanda no mercado, o que aumenta a empregabilidade desses jovens.

Segundo Souza (2019):

O Programa Jovem Aprendiz desempenha um papel fundamental na formação inicial de jovens trabalhadores, fornecendo a eles ferramentas para o ingresso no mercado de trabalho e garantindo sua permanência no sistema educacional. Essa abordagem integrada é essencial para combater a evasão escolar e preparar os jovens para um mercado cada vez mais competitivo (Souza, 2019, p. 112).

Assim, o impacto do programa também pode ser observado na redução da informalidade entre jovens. Dados do Ministério do Trabalho indicam que, em 2022, cerca de 500 mil jovens estavam contratados como aprendizes no Brasil, o que

representa um importante passo para a formalização do trabalho juvenil. Esse avanço, no entanto, ainda é limitado diante da alta taxa de desemprego juvenil.

Como observa Oliveira (2021):

Embora o Programa Jovem Aprendiz tenha contribuído para a inserção de jovens no mercado formal, sua abrangência ainda é insuficiente para atender à grande demanda existente, especialmente em regiões periféricas e em áreas rurais (Oliveira, 2021, p. 151).

Nessa perspectiva, outro aspecto relevante do programa é a articulação entre governo, empresas e instituições de ensino. Essa parceria é essencial para garantir que o aprendizado teórico esteja alinhado com as exigências do mercado. No entanto, desafios persistem, como a falta de fiscalização adequada para assegurar o cumprimento das cotas obrigatórias por parte das empresas e a qualidade do treinamento oferecido.

Muitas organizações ainda encaram o programa como uma obrigação legal, sem investir de forma significativa no desenvolvimento dos jovens contratados.

Apesar dessas limitações, o programa tem apresentado resultados positivos no longo prazo. Jovens que participam do Programa Jovem Aprendiz têm maiores chances de ascender profissionalmente e de obter salários mais altos do que aqueles que não possuem nenhuma experiência formal.

Pesquisas realizadas por Almeida (2020) apontam que:

Ex-aprendizes apresentam uma taxa de empregabilidade 20% maior em relação a jovens que ingressaram no mercado sem nenhum tipo de capacitação formal, evidenciando a importância do programa na construção de carreiras sólidas (Almeida, 2020, p. 89).

Além dos benefícios individuais, o Programa Jovem Aprendiz também contribui para a redução de problemas sociais como a criminalidade juvenil. Ao oferecer alternativas de trabalho e estudo, o programa desempenha um papel preventivo, afastando os jovens de situações de vulnerabilidade social. Em contextos de maior exclusão, essa política pública tem se mostrado especialmente eficaz para oferecer oportunidades reais de inclusão econômica.

Como destaca Santos (2022):

O impacto social do Programa Jovem Aprendiz vai além da simples inserção no mercado de trabalho; ele transforma a vida de jovens e suas famílias, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e menos desigual (Santos, 2022, p. 114).

Portanto, o Programa Jovem Aprendiz representa uma política pública fundamental para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, mas ainda enfrenta desafios relacionados à sua abrangência e execução. A expansão do programa e o aprimoramento de sua fiscalização são medidas necessárias para garantir que ele atinja seu potencial máximo. Investir na qualidade do treinamento e na conscientização das empresas sobre seu papel no processo de formação são passos fundamentais para assegurar que o programa continue a gerar impactos positivos tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade em geral.

473

Mercado de Trabalho e Juventude: Perspectivas de Inclusão e Desenvolvimento Social

A inclusão da juventude no mercado de trabalho é um tema central no desenvolvimento social e econômico de um país. No Brasil, esse processo é marcado por desafios relacionados à desigualdade, à qualificação profissional e à falta de oportunidades formais. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o trabalho é um direito social garantido, e cabe ao Estado adotar políticas públicas para assegurar sua efetividade. Contudo, a inserção de jovens no mercado de trabalho requer um olhar específico sobre as condições que lhes são oferecidas, considerando suas particularidades e vulnerabilidades.

A legislação brasileira reconhece a importância da proteção ao jovem trabalhador. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dedica um capítulo à aprendizagem, regulamentada pela Lei nº 10.097/2000, que estabelece a figura do jovem aprendiz. Essa lei exige que empresas de médio e grande porte reservem entre 5% e 15% de suas vagas para aprendizes, permitindo que jovens entre 14 e 24 anos sejam capacitados em atividades profissionais sem abrir mão da continuidade dos estudos.

Como observa Ribeiro (2020):

A legislação brasileira avança ao oferecer um arcabouço normativo que protege o jovem trabalhador, mas sua aplicação prática ainda

enfrenta obstáculos, como a baixa adesão das empresas às cotas obrigatórias (Ribeiro, 2020, p. 114).

Nesse contexto, o mercado de trabalho atual exige habilidades técnicas e comportamentais que muitas vezes não são abordadas no ensino formal. Esse descompasso entre a formação oferecida e as exigências do mercado constitui uma barreira para a inclusão de jovens. Políticas públicas como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) têm buscado mitigar esse problema, mas a evasão escolar e as desigualdades regionais ainda comprometem a eficácia dessas iniciativas.

Segundo Oliveira (2021), jovens de áreas periféricas enfrentam maiores dificuldades para acessar essas oportunidades, aumentando a desigualdade estrutural no país. A autora diz ainda que:

A perspectiva de inclusão juvenil no mercado de trabalho também está associada ao desenvolvimento social. Ao garantir oportunidades de emprego digno, é possível reduzir a vulnerabilidade econômica e social de jovens, afastando-os de contextos de violência e exclusão. Estudos mostram que jovens empregados formalmente contribuem significativamente para o orçamento familiar, fortalecendo sua autonomia e autoestima (Oliveira, 2021, p. 128).

Assim, a inclusão no mercado de trabalho é mais do que uma questão econômica; é um processo de cidadania, no qual os jovens se veem como parte ativa da sociedade. Esse processo não apenas fortalece a autonomia individual, mas também promove a integração social, permitindo que os jovens contribuam de maneira significativa para o desenvolvimento de suas comunidades. “A valorização dos jovens no ambiente laboral estimula o senso de pertencimento e reforça a importância do trabalho como um direito e uma ferramenta de transformação social” (Santos, 2019, p. 90).

Ainda assim, a informalidade permanece um dos maiores desafios. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que quase 40% dos jovens brasileiros trabalham em condições informais, sem acesso a direitos trabalhistas. Essa situação não apenas dificulta o acesso a benefícios essenciais, como previdência e segurança no trabalho, mas também perpetua ciclos de vulnerabilidade social e econômica. A falta de regulamentação em empregos informais limita as

oportunidades de crescimento profissional, restringindo o desenvolvimento pleno das potencialidades dos jovens.

Para Santos (2019):

Essa realidade compromete não apenas a qualidade de vida desses jovens, mas também o futuro do mercado de trabalho, ao perpetuar relações laborais precárias. A efetividade das leis trabalhistas e das políticas públicas depende de uma fiscalização rigorosa e de incentivos para que empresas promovam contratações formais (Santos, 2019, p. 113).

Outra questão central é a ampliação de parcerias público-privadas para fomentar a inclusão juvenil no mercado de trabalho. Empresas, organizações da sociedade civil e governos podem unir esforços para criar programas de capacitação, estágio e aprendizagem. Experiências internacionais mostram que iniciativas colaborativas têm maior potencial de impacto, pois oferecem uma combinação de aprendizado prático e teórico, facilitando a transição dos jovens para o mercado formal.

Para Souza (2022):

A articulação entre diferentes setores da sociedade é essencial para criar um ambiente inclusivo, onde o jovem não apenas encontra emprego, mas também é valorizado como agente de transformação social (Souza, 2022, p. 69).

Portanto, é fundamental investir em políticas educacionais que dialoguem com as demandas do mercado de trabalho. A integração entre o ensino técnico e as necessidades econômicas locais pode gerar resultados mais efetivos, sobretudo em regiões de menor desenvolvimento. A educação inclusiva deve abordar aspectos como empreendedorismo e inovação, capacitando os jovens para atuar em diferentes contextos profissionais.

RESULTADOS E ANÁLISE

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica revelou que a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho, embora tenha sido fortalecida nas últimas décadas por políticas públicas específicas, ainda enfrenta inúmeros desafios. De acordo com Almeida (2020), embora o programa Jovem Aprendiz tenha se consolidado como uma importante estratégia de qualificação profissional e

combate ao desemprego juvenil, ele não é suficiente, por si só, para garantir a efetiva inclusão e permanência dos jovens no mercado de trabalho formal.

Um dos principais obstáculos identificados está relacionado à conciliação entre trabalho e estudo. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, enfatiza o dever da sociedade, da família e do Estado em assegurar à juventude o direito à educação e à profissionalização (BRASIL, 1988). No entanto, na prática, muitos jovens aprendizes enfrentam dificuldades em compatibilizar a jornada de trabalho com os estudos regulares, o que impacta diretamente seu desempenho escolar e limita suas perspectivas de formação integral.

A análise aponta que o mercado de trabalho, apesar das exigências legais estabelecidas pela Lei nº 10.097/2000 (BRASIL, 2000), ainda reproduz práticas que veem o jovem aprendiz como mão de obra barata e temporária, desvirtuando o objetivo formativo do programa. Costa (2021) destaca que, em muitos casos, os aprendizes são inseridos em atividades pouco qualificadas, que não contribuem efetivamente para o desenvolvimento de competências profissionais mais complexas e duradouras.

Quadro 1: Principais Desafios e Impactos na Inserção do Jovem Aprendiz no Mercado de Trabalho.

Desafios na Inserção do Jovem Aprendiz	Impactos	Fontes
Conciliação entre trabalho e estudo	Abandono escolar, baixa qualificação	Almeida (2020); Brasil (1988)
Precarização dos contratos	Baixa retenção no mercado formal	Costa (2021)
Visão do jovem como mão de obra barata	Dificuldade de ascensão profissional	Oliveira (2021)
Falta de programas de capacitação contínua	Defasagem de competências	Almeida (2022)

Fonte: Quadro elaborado pelo autor – fevereiro de 2025.

Outro desafio identificado é a falta de acompanhamento e avaliação contínua da aprendizagem no ambiente de trabalho. Conforme Oliveira (2021), a ausência de uma formação prática de qualidade compromete a experiência dos jovens, reduzindo o potencial de transformação social que o programa deveria promover. Para muitos

deles, a aprendizagem acaba se resumindo a tarefas repetitivas, sem conexão com a formação teórica e sem perspectivas de efetivação após o término do contrato.

No que se refere às políticas públicas, verifica-se uma necessidade urgente de fortalecimento das ações de fiscalização e de implementação de mecanismos que garantam a efetividade das metas de formação e inserção profissional. Segundo Almeida (2022), é fundamental que o Estado atue não apenas na criação de programas, mas também no acompanhamento rigoroso da sua execução, de modo a assegurar que os objetivos de inclusão e desenvolvimento social sejam efetivamente cumpridos.

Outro aspecto relevante evidenciado na análise é a desigualdade de oportunidades entre os jovens, especialmente aqueles oriundos de classes sociais mais vulneráveis. Oliveira (2021) observa que jovens de famílias de baixa renda enfrentam maiores barreiras de acesso e permanência no programa, em razão de fatores como a necessidade de complementar a renda familiar e a dificuldade de acesso a oportunidades em regiões periféricas ou afastadas dos grandes centros urbanos.

Diante desses resultados, torna-se evidente que o programa Jovem Aprendiz, embora tenha contribuído significativamente para a inclusão de jovens no mercado formal de trabalho, precisa ser constantemente aprimorado para enfrentar os desafios emergentes. Investimentos em formação continuada, parcerias efetivas entre empresas e instituições de ensino, e políticas de proteção ao jovem trabalhador são apontados por Costa (2021) como caminhos essenciais para a consolidação de uma inserção mais justa e sustentável.

Portanto, é importante ressaltar que a efetividade da política pública depende diretamente da articulação entre educação e trabalho, em consonância com os princípios constitucionais. Como destaca Almeida (2020), garantir a profissionalização sem comprometer o direito à educação é um dos maiores desafios atuais. Assim, o fortalecimento do programa Jovem Aprendiz requer não apenas esforços governamentais, mas também o compromisso da sociedade e das empresas com a formação integral dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

CONSIDRAÇÕES FINAIS

A inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho é um processo multifacetado que envolve não apenas a adaptação dos jovens ao ambiente profissional, mas também o aprimoramento das políticas públicas que sustentam esse processo. O objetivo desta pesquisa foi analisar os principais desafios enfrentados pelos jovens aprendizes em sua transição para o mundo do trabalho e identificar formas de aprimorar as políticas públicas para garantir a efetividade do programa Jovem Aprendiz. Ao longo do estudo, foi possível constatar que, apesar dos avanços significativos proporcionados pelo programa, existem desafios que precisam ser superados para que ele se torne verdadeiramente eficaz na inclusão social e na promoção do desenvolvimento profissional da juventude.

A partir da fundamentação teórica, observamos que a transição da escola para o trabalho é um dos períodos mais críticos na vida de muitos jovens, especialmente aqueles que pertencem a classes sociais menos favorecidas. A falta de experiência profissional, a escassez de oportunidades e a escassa formação acadêmica são barreiras que dificultam a entrada desses jovens no mercado de trabalho.

O programa Jovem Aprendiz, em sua essência, busca mitigar essas dificuldades ao proporcionar uma experiência de aprendizagem prática aliada à formação teórica, mas nem todos os jovens conseguem aproveitar essa oportunidade da mesma forma, o que indica que o programa ainda enfrenta obstáculos para cumprir seu papel de inclusão efetiva.

Um dos principais desafios identificados foi a sobrecarga que muitos jovens enfrentam ao conciliar o trabalho com os estudos. A carga horária de trabalho, por vezes incompatível com o tempo disponível para a educação formal, pode prejudicar o rendimento acadêmico e afetar negativamente a saúde mental dos jovens.

A falta de flexibilidade tanto nas empresas quanto nas instituições de ensino dificulta a adaptação do jovem aprendiz a esse processo de transição, muitas vezes resultando em uma experiência de aprendizagem pouco proveitosa. Para que o programa seja mais eficaz, é necessário que as políticas públicas envolvam uma integração mais harmônica entre o setor educacional e o mercado de trabalho, com maior flexibilidade e suporte às demandas do jovem.

Outro desafio relevante é a baixa taxa de efetivação dos jovens aprendizes após o término do contrato. Embora o programa funcione como uma porta de entrada para o mercado de trabalho, a realidade de um mercado altamente competitivo e exigente faz com que muitos jovens não consigam permanecer nas empresas após o aprendizado.

Isso gera um ciclo de incertezas para os jovens, que, ao final do contrato, retornam à busca por novos postos de trabalho sem a garantia de continuidade. Essa realidade evidencia a necessidade de uma maior articulação entre as políticas públicas e as empresas, a fim de garantir a efetivação dos aprendizes ou, ao menos, garantir que eles sejam encaminhados para outras oportunidades no mercado de trabalho.

A pesquisa identificou que o acompanhamento dos jovens ao longo do período de aprendizagem é um ponto crucial para o sucesso do programa. Muitas vezes, o jovem aprendiz não recebe o suporte adequado de mentoria ou orientação profissional, o que compromete a qualidade da aprendizagem e a sua adaptação ao ambiente corporativo. A formação de uma rede de apoio, composta por orientadores, profissionais de recursos humanos e mentores, poderia fortalecer o aprendizado prático, promovendo uma transição mais tranquila para a efetiva inserção no mercado de trabalho.

Em relação às políticas públicas, é evidente que a implementação do programa Jovem Aprendiz, embora tenha mostrado avanços significativos, ainda carece de ajustes que garantam maior equidade e eficácia. O fortalecimento de ações que integrem o programa ao Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o desenvolvimento de estratégias que ampliem a parceria entre empresas de diferentes setores podem ser alternativas viáveis para aumentar as taxas de efetivação dos aprendizes. É essencial que as políticas públicas envolvam um acompanhamento contínuo dos jovens, tanto durante quanto após o período de aprendizagem, para que as dificuldades enfrentadas possam ser mitigadas de maneira eficaz.

A questão da formação de uma rede de apoio social também se mostrou essencial para o sucesso do programa. A parceria entre o governo, empresas e organizações não governamentais pode proporcionar aos jovens aprendizes uma estrutura de suporte integral, que envolva não apenas a formação profissional, mas

também o acompanhamento psicológico e social. Essas iniciativas poderiam contribuir significativamente para o fortalecimento do programa, permitindo que ele cumprisse sua função social de inclusão e formação de jovens no mercado de trabalho.

Ao longo deste estudo, foi possível observar que o programa Jovem Aprendiz possui um grande potencial de transformação social e profissional. No entanto, para que esse potencial seja plenamente realizado, é necessário um esforço contínuo de aprimoramento das políticas públicas que sustentam o programa, com ênfase em uma maior articulação entre as esferas educacional, governamental e empresarial. A efetividade do programa depende de um sistema integrado e colaborativo que considere as especificidades de cada jovem e forneça as condições adequadas para sua adaptação e desenvolvimento.

Finalizando, a análise dos desafios e das possibilidades de fortalecimento das políticas públicas voltadas para o programa Jovem Aprendiz evidencia que, apesar das dificuldades existentes, o caminho para a melhoria da inserção dos jovens no mercado de trabalho é promissor. A chave para o sucesso está na criação de um ambiente de aprendizado que seja mais acolhedor e que favoreça a permanência dos jovens no mercado de trabalho, por meio da formação, orientação e acompanhamento contínuo. O aprimoramento das políticas públicas, aliado ao comprometimento das empresas e das instituições de ensino, é essencial para garantir que o programa Jovem Aprendiz continue sendo uma ferramenta eficaz de inclusão e desenvolvimento social para a juventude brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carlos Eduardo. **Jovem Aprendiz: impactos e desafios de uma política pública no Brasil**. São Paulo: Editora Atual, 2020.

ALMEIDA, José Augusto. **Juventude e mercado de trabalho: desafios e perspectivas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Atual, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2024.

COSTA, Mariana Pereira. **Trabalho informal e juventude no Brasil: dilemas e possibilidades de inclusão social**. Brasília: IPEA, 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues. **Educação e trabalho no Brasil: uma análise da juventude no mercado**. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues. **Educação, trabalho e desigualdade: reflexões sobre a juventude brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues. **Trabalho e juventude: políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2021.

RIBEIRO, João Carlos. **Trabalho e juventude: desafios da inclusão**. São Paulo: Editora Atual, 2020.

SANTOS, João Victor. **Regionalidades e desigualdades no mercado de trabalho juvenil**. Recife: UFPE, 2020.

SANTOS, Mariana Costa. **Cidadania e trabalho: reflexões sobre o jovem trabalhador no Brasil**. Recife: UFPE, 2019.

SANTOS, Mariana Costa. **Inclusão e cidadania: o impacto do Programa Jovem Aprendiz na juventude brasileira**. Recife: UFPE, 2022.

SILVA, Camila Andrade. **A juventude e o mercado de trabalho: um estudo sobre exclusão e oportunidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SOUZA, Carla Regina. **Parcerias público-privadas e o mercado de trabalho juvenil**. Porto Alegre: Editora Sul, 2022.

SOUZA, João Victor. **Educação e trabalho: análise crítica do Programa Jovem Aprendiz**. Belo Horizonte: UFMG, 2019.